

# Só negociando Sarney fica 5 anos

Voto dos parlamentaristas pode evitar eleições diretas em 88

Ou o presidente Sarney aceita a implantação do parlamentarismo, ainda que gradual, durante o seu governo, ou não terá o mandato que deseja. De acordo com uma pesquisa realizada ontem pela liderança do PMDB entre os 93 membros da Sistematização, o período de cinco anos só reunirá os 47 votos necessários para sua aprovação se tiver o apoio dos onze parlamentaristas que defendem a implantação gradativa do sistema de gabinete.

De posse desses dados, os deputados Cid Carvalho e Israel Pinheiro Filho, líderes da Operação Primavera (movimento que reaproximou o Governo e o PMDB após a ruptura da Aliança Democrática), deflagram ontem um esforço de convencimento junto a importantes ocupantes do Palácio do Planalto no sentido de sensibilizar o presidente Sarney a negociar com os parlamentaristas. Segundo um político ligado aos dois peemedebistas, eles tinham encontro marcado ainda para a noite de ontem com os ministros Ronaldo Costa Couto e Ivan de Souza Mendes. A operação estaria sendo facilitada pelo deputado Zequinha Sarney, filho do Presidente.

Mas quem primeiro teve acesso aos números da pesquisa na Comissão de Sistematização foi o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB. Ele ficou satisfeito com os resultados, que coincidem com a proposta que levou há alguns dias a Sarney. Naquele ocasião, o parlamentarismo ainda não havia sido aprovado pela Comissão e o presidente da República estava convencido de que seria possível reverter a tendência favorável ao sistema de gabinete. Por isso, recusou-se até mesmo a discutir o assunto. "Agora, a situação é outra", advertiu um parlamentarista mineiro.

O senador José Richa, que no passado chegou a liderar o movimento gradualista, já previa no meio da tarde (horas antes da conclusão da pesquisa) que o presidente Sarney não conseguiria o mandato de cinco anos se insistisse na tese presidencialista. "Se não houver um acordo até domingo, meu voto vai para o mandato de quatro anos e para o parlamentarismo já".

A disposição de Richa demonstra bem o sentimento de antigos aliados de Sarney diante de sua intransigência em negociar. O deputado Pimenta da Veiga, que foi líder do PMDB na Câmara, disse que não voltaria a tomar a iniciativa de procurar o Presidente para conversar: "Ele está sendo incrivelmente teimoso. Confesso que desanimei". Na pesquisa, o deputado mineiro votou pelos quatro anos de mandato

e pela implantação do sistema de gabinete no dia 1º de janeiro do próximo ano.

Mas nem todos estão desanimados. O deputado Cid Carvalho reuniu sessenta parlamentaristas em seu apartamento para um almoço, domingo último, e foi lá que iniciou as negociações. Mobilizou os integrantes da Operação Primavera, conversou com o senador Fernando Henrique Cardoso (defensor dos quatro anos, mas flexível à implantação do parlamentarismo em 89) e decidiu consultar todos os membros da Sistematização a respeito do assunto. Ontem, com os números na mão, começou os contatos junto ao Governo.

O esforço do deputado maranhense é no sentido de convencer o Presidente da República de que só com a ajuda dos gradualistas conseguirá a aprovação do mandato que deseja. Enquanto ainda colhia as opiniões de seus colegas, durante a tarde de ontem, ele já admitia que se a tendência fosse pelos quatro anos a estratégia seria tentar preservar o presidencialismo pelo menos no próximo ano. Se a maioria optasse pelo cinco anos, ainda que sob o parlamentarismo (como terminou acontecendo), o acordo com o Governo se tornaria "muito mais fácil".

O próprio líder governista Carlos Sant'Anna passou a admitir ontem, com todas as letras, a possibilidade de um entendimento em torno dos cinco anos, sendo o último sob o regime de gabinete. Ele aceita esta fórmula na Sistematização, mesmo dizendo ainda acreditar na manutenção do presidencialismo pelo plenário da Constituinte.

Tanto Sant'Anna quanto Cid Carvalho estão contando, na verdade, com os votos de parlamentaristas como o deputado Egídio Ferreira Lima, que nem revela o seu voto para o tamanho do mandato: "O importante é assegurar o regime de gabinete. Se for aprovado, a duração do mandato passa a ser secundária, já que o primeiro-ministro é que estará administrando o País".

Outro dado interessante da pesquisa promovida pela liderança do PMDB é que o movimento pelos quatro anos de mandatos está crescendo. Se não fosse a ajuda dos parlamentaristas gradualistas, este período de governo ganharia do preferido por Sarney por 34 votos contra 33.

O senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, está entre os que lideram este movimento. Mas, ao contrário do deputado Nilton Friederich, coordenador do MUP, ele aceita protelar a implantação do parlamentarismo para após o término do governo Sarney, a mesma posição do senador Fernando Henrique Cardoso.

## Constituinte será acatada

"O presidente José Sarney, como político realista que é, aceitará naturalmente a decisão que for tomada pela Assembléia Nacional Constituinte", afirmou ontem o seu porta-voz, jornalista Antonio Frota Neto, ao comentar a matéria publicada pelo CORREIO BRAZILIENSE, dando conta de que Sarney já admite a realização de eleições diretas em 1988, como vem sendo defendido por alguns grupos de constituintes.

O presidente Sarney entende que a partir de formação do bloco "Centrão" surgiu um fato novo, que alterou o perfil da Constituinte, e que vai nortear suas decisões políticas, afirmou Frota pela manhã. Já na parte da tarde, o porta-voz observou que o presidente não conta com o "Centrão" para aprovar o seu mandato de cinco anos, porque essa questão não foi colocada nas negociações.

— Quer dizer que o presidente Sarney está confiante que o grupo consiga aprovar os cinco anos de mandato? — perguntou um repórter.

— Ele não está trabalhando com esta conexão. O Presidente acredita que a maioria dos constituintes, hoje, entende que as questões sobre mandato, sistema de governo, e as de ordem política, econômica e social são todas inter-

ligadas — disse o porta-voz.

— Como o Presidente já tinha anunciado antes, ele se preocupa com a função da estabilidade do governo e das instituições democráticas e, é claro, que pretende negociar com as forças políticas majoritárias dentro da Constituinte. Mas, de modo algum, ele está delegando ou recebendo delegação de reforçar políticos para negociação do mandato.

No caso da Constituinte tomar uma decisão diferente da posição já assumida, Sarney aceita, afirmou o porta-voz, observando, entretanto, que o Presidente vem trabalhando para a formação do bloco suprapartidário, visando fazer prevalecer o seu posicionamento. Sarney acredita que o perfil da Constituinte agora é outro, porque o desenhado pela Comissão de Sistematização "não tem representação proporcional de identidade com o plenário, disse Frota Neto.

Mas, apesar do seu otimismo, Sarney chega a ameaçar psicologicamente os constituintes, ao afirmar, através de seu porta-voz: "Se as forças majoritárias tomarem outro caminho, deverão adotar convicções claras, assumindo todas as responsabilidades perante à Nação". O Presidente não vai negociar diretamente a sua posição.

## PMDB acha que o pacto é a salvação

"Não há mais saída boa para o presidente José Sarney — a ele só resta, agora, uma saída honrosa". A colocação é de um importante líder do PMDB, que defendia ontem um grande pacto de união nacional para salvar a transição, já que para o governo — essa era a análise que se fazia nos corredores do Congresso — não há mais remédio.

O clima observado no Congresso ontem, mais que em qualquer outro dia, era de que "precisamos fazer alguma coisa, porque não há ninguém segurando as rédeas do País". Da ponta esquerda à extrema direita a conclusão é uma só: "o Governo acabou". A avaliação ganhou mais força com a vitória da Autolatina na Justiça.

EUGENIO NOVAES



Israel Pinheiro e Cid Carvalho tentam sensibilizar Sarney com base nos dados da pesquisa realizada

## Em cada pesquisa um resultado novo

Quem aposta no crescimento da tendência por eleição presidencial no próximo ano pode sair frustrado se vingar o resultado da pesquisa feita pela liderança do PMDB. Depois de ouvir os 93 membros titulares da Comissão de Sistematização, o mandato de cinco anos saiu na frente com 48 votos contra 33 a favor do mandato de quatro anos e cinco pelos seis anos. Mas entre os defensores da permanência de Sarney até 89, quinze impõem uma condição: a implantação do parlamentarismo durante este governo.

A pesquisa apresentava sete alternativas, todas vinculando a duração do mandato à data de implantação do parlamentarismo, já aprovado na Sistematização. São elas: parlamentarismo após Sarney com 4 anos — 17 votos; parlamentarismo após Sarney com 5 anos — 33 votos; parlamentarismo a partir de 89 com mandato de seis anos — 5

votos; parlamentarismo em 89 com mandato de 5 anos — 9 votos; parlamentarismo já com mandato de cinco anos — 6 votos; parlamentarismo já com mandato de 4 anos — 17 votos.

A sétima alternativa, que previa a implantação do parlamentarismo em 90 com mandato de seis anos, não recebeu qualquer voto. Houve quatro abstenções e dois constituintes não foram localizados.

Esse não era o único levantamento sobre duração do mandato ontem na Constituinte. Com a expectativa da votação no próximo final de semana, diversos grupos corriam listas para apurar a tendência na Sistematização. O líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna, comemorava o resultado de sua pesquisa, que também apontava vitória para os defensores dos cinco anos, com 52 votos.

Sant'Anna não quis detalhar os resultados de sua pesquisa, mas argumenta-

va que nas últimas 48 horas vários setores tradicionalmente hostis ao presidente Sarney começaram a rever sua posição por eleições no próximo ano, com receio de que o agravamento da crise econômica e política ameace a transição. Com isso, o melhor, no momento — observou o líder — seria dar uma trégua ao governo.

Mas nem todos os números ontem apontavam tendência majoritária para os cinco anos. Embora com um levantamento ainda parcial, o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE) não tinha dúvidas de que a tese dos quatro anos está crescendo e vai ganhar na Sistematização. Até o início da noite, ele apontava 39 votos a favor dos quatro anos e 18 a favor dos cinco.

O agravamento da crise econômica também foi apontado por Lyra como o motivo da reversão de votos na Sistematização.

## Centrão se organiza e traça estratégias

O Centrão está tentando dar uma organização mais formal ao grupo, o que passa pela eleição de um Conselho Consultivo, um secretário-executivo e mais três coordenadores gerais: de plenário, mobilização e temático. A primeira tentativa foi feita ontem à noite, durante reunião realizada no Hotel Nacional, na qual os centristas procuraram pela primeira vez ouvir opiniões dos integrantes do movimento para apurar os temas capazes de permitir a apresentação de emendas comuns. Não serão mais de oito temas, na previsão dos organizadores do Centrão, perfazendo cerca de 50 emendas no total.

A proposta de organiza-

ção foi apresentada pelo deputado Basílio Vilani e trata também do sistema operacional. No Conselho Consultivo terão lugar quatro deputados do PFL, mais quatro do PMDB, dois do PDS, um do PTB, um do PL e um dos demais nancicos. Entre os indicados para o órgão estão definidos os nomes dos seguintes deputados: Marcos Lima, Roberto Cardoso Alves, Arnaldo Moraes e Irapuá Costa Junior — peemedebistas; Ricardo Fiuza, Luiz Eduardo Magalhães e José Lins — pefelistas; e Darcy Pozza, pedessista.

O secretário-executivo deve ser o deputado Basílio Vilani, que já vem fazendo os mapas de adesão e dando organização ao Centrão.

Cada coordenador de plenário, no total de 32, comandará um grupo de dez deputados. Os coordenadores de mobilização, em igual número, serão responsáveis pela colocação em plenário de dez deputados, e estão avisados de que não basta trazê-los a Brasília, precisa que compareçam às sessões. Os dez coordenadores temáticos cuidarão dos estudos do anteprojeto que sairá da Comissão de Sistematização.

Para evitar a dispersão e os conflitos internos, o Centrão decidiu que o mandato presidencial, sistema de governo e sistema eleitoral (distrital ou proporcional) são os temas proibidos dentro do grupo.

## Mais dez devem assinar hoje

Uma decisão destinada a eliminar as acusações de que o Centrão está servindo aos interesses do Palácio do Planalto, os organizadores do movimento resolveram não computar a assinatura do deputado Sarney Filho apoiando a proposta de alteração do regimento interno da Constituinte. Deste modo, o documento conta até agora com 310 adesões; a última, obtida ontem à noite, é do senador Albano Franco. O deputado Dasso Coimbra, que coordena o recolhimento das assinaturas, mantém a previsão de atingir 320 até hoje à noite, quando a proposta será formalizada na mesa da Assembléia Nacional Constituinte.

O Centrão mantém um mapa de adesões atualizado a cada quatro horas, no qual se observa que, dos 310 signatários, conforme o último levantamento disponível, 130 são do PMDB, 116 do PFL, 30 do PDS, 16 do PTB, 6 do PL e 12 dos demais partidos nancicos. Nessa conta não foram abatidos os cinco constituintes que retiraram o apoio ao projeto de resolução. No mapa pode-se constatar que apenas duas bancadas estaduais do PMDB — Piauí e Alagoas — deixaram de assinar a proposta de mudança do Regimento Interno da Constituinte. Já do PFL existem adesões de todos os Estados. Ontem, o deputado Dasso Coimbra dedicou boa parte da tarde para conferir as assinatu-

ras, preparando-se para a sessão de formalização da proposta hoje à noite.

E o seguinte o último mapa disponível de assinaturas no Centrão:

## O MAPA DAS ADESÕES

BANCADA	SOMA	PMDB	PFL	PDS	PTB	PL	OUTROS
Acre	9	6	1	2	—	—	—
Alagoas	6	—	5	—	1	—	—
Amapá	3	—	3	—	—	—	—
Amazonas	7	3	3	—	—	—	1
Bahia	19	6	13	—	—	—	—
Ceará	16	8	6	2	—	—	—
DF	6	3	3	—	—	—	—
Esp. Santo	4	2	2	—	—	—	—
Goiás	12	7	2	—	—	—	3
Maranhão	15	4	8	3	—	—	—
M. Grosso	9	4	3	2	—	—	—
M.G.Sul	6	4	1	—	1	—	—
M. Gerais	34	20	9	3	1	—	1
Pará	12	10	1	1	—	—	—
Paraíba	8	3	4	1	—	—	—
Paraná	15	11	4	—	—	—	—
Pernambuco	15	3	11	—	—	—	1
Piauí	10	—	7	3	—	—	—
R. Janeiro	23	6	6	1	3	4	3
R.G.Norte	8	4	3	—	—	1	—
R.G.Sul	13	4	2	5	—	—	2
Rondônia	8	4	4	—	—	—	—
Roraima	4	—	2	—	2	—	—
S.Catarina	10	3	4	3	—	—	—
S. Paulo	34	14	6	4	8	1	1
Sergipe	5	2	3	—	—	—	—
TOTAL	310	130	116	30	16	6	12

## Presidente não muda a sua posição

O Presidente da República foi informado ontem pelo líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço (BA), que é mais fácil a aprovação pela Comissão de Sistematização do sistema parlamentarista, com implantação a partir de 1989, do que a redução do mandato presidencial para quatro anos. A votação será neste fim de semana.

Na conversa com Lourenço, o Presidente da República autorizou-o a desmentir que concorde com a redução de seu mandato para quatro anos, atendendo às ponderações familiares. Sarney continua sendo presidencialista e lutando pelos cinco anos, que deseja ver aprovados pela Comissão de Sistematização.

### DEFINIÇÕES

O resultado dessa votação deverá influir decisivamente na ação do PFL nos próximos dias. O grupo ligado ao Presidente do partido, senador Marco Maciel (PE), continua insistindo no lançamento imediato da candidatura do ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, que, no entanto, é, como Sarney, defensor do presidencialismo com cinco anos para todos os Presidentes.

Na hipótese de aprovada a redução do mandato para quatro anos, os dissidentes do PFL acham mais fácil convencer o ministro Aureliano Chaves a aceitar sua candidatura, a única capaz de unir o partido. Dificilmente, porém, ele será candidato se vier a predominar o parlamentarismo. Apesar desse posicionamento, Aureliano tem recomendado a todos os parlamentaristas que o consultam para votar na Constituinte de acordo com sua consciência.

### EQUILIBRIO

Assim que recebeu o telefonema do Presidente da República na manhã de ontem, o líder José Lourenço telefonou ao líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna (BA), para comunicar-lhe que o Presidente solicitara uma pesquisa na Comissão de Sistematização sobre a votação de seu mandato. Decidiram que a sondagem seria feita por outros parlamentaristas para evitar irritações.

Ao final da tarde, Lourenço comunicou ao governo que o mais provável é a aprovação do sistema parlamentarista, com sua implantação a partir de 89. O próximo ano seria o presidencialismo vigente. A tendência maior é para fixar o mandato em cinco anos.